



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

TARDE

## CONSULTOR LEGISLATIVO

# ÁREA I

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa sorte!**

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1

Johnson, nacional do País *Alfa*, foi acusado e condenado por ter violado segredos de Estado. Por tal razão, decidiu fugir para o território brasileiro. Assim que o País *Alfa* teve conhecimento do paradeiro de Johnson, firmou tratado de extradição com a República Federativa do Brasil e requereu a extradição desse fugitivo.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que

- (A) Johnson somente poderia ser extraditado se tivesse praticado crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, sendo o tratado de extradição dispensável, bastando a promessa de reciprocidade.
- (B) o tratado de extradição não pode ser aplicado a Johnson, embora a infração penal que lhe foi imputada, por ter a natureza de crime comum, autorize a sua extradição.
- (C) o tratado de extradição pode ser aplicado a Johnson e a infração penal que lhe foi imputada, por ter a natureza de crime comum, autoriza a sua extradição.
- (D) apesar de o tratado de extradição poder ser aplicado a Johnson, o crime que lhe foi imputado não permite a sua extradição.
- (E) o tratado de extradição não pode ser aplicado a Johnson e o crime que lhe foi imputado não permite a sua extradição.

2

A União firmou convênio com o Estado *Alfa*, por meio do qual repassou recursos federais para a construção de unidade prisional no território deste ente federativo. Os recursos foram regularmente repassados, mas a unidade prisional não foi construída e sequer houve prestação de contas. Valendo-se de cláusula prevista no referido convênio, a União comunicou ao Estado *Alfa* que iria inseri-lo no cadastro de inadimplentes e deduzir o valor, transferido e não aplicado, do montante a ser repassado, relacionado às cotas desse ente federativo no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

Preocupado com as consequências da medida a ser adotada pela União, o Governador do Estado *Alfa* consultou o Procurador-Geral do Estado em relação à correção desse proceder, considerando as competências constitucionais da União.

O Procurador-Geral do Estado esclareceu corretamente que

- (A) a União não possui competência para instituir cláusula semelhante à descrita na narrativa, o que constitui afronta ao pacto federativo.
- (B) embora tenha a faculdade de adotar de imediato as medidas alvitradas, a União, após decisão do Tribunal de Contas da União, apreciando as contas prestadas ou adotando a tomada de contas especial, estará obrigada a fazê-lo.
- (C) por se tratar de disposição contratual, tem-se o dano *in re ipsa*, que independe da instauração de processo administrativo específico e de manifestação do Tribunal de Contas União.
- (D) a autonomia política dos entes federativos permite que pactuem livremente a disposição dos recursos decorrentes da repartição das receitas tributárias, abrangendo tanto fatos passados como fatos futuros.
- (E) as medidas alvitradas pela União pressupõem que seja iniciada e julgada a tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas da União, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

3

O Presidente da República encaminhou, ao Poder Legislativo, proposição fixando os seus subsídios, os do Vice-Presidente da República e os dos Ministros de Estado para o exercício financeiro seguinte. Após regular discussão, foi aprovado substitutivo no âmbito da Casa Legislativa iniciadora, chancelado pela Casa revisora, que aumentou os valores inicialmente propostos, considerados módicos pelos parlamentares. O Presidente da República, ao receber a proposição, a vetou, sendo o veto rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores. Por fim, o Presidente da República promulgou a Lei nº X, que veio a ser publicada.

À luz da sistemática constitucional afeta à fixação dos subsídios do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e dos Ministros, é correto afirmar, em relação às fases descritas na narrativa, que

- (A) todas estão certas.
- (B) todas apresentam incorreções.
- (C) apenas apresenta incorreção em relação à promulgação.
- (D) apenas apresenta incorreção em relação à rejeição do veto.
- (E) apenas apresenta incorreção em relação ao substitutivo apresentado.

4

Em iniciativa muito criticada por diversos parlamentares, o Presidente da República editou a Medida Provisória nº X, dispondo sobre a possibilidade de os territórios federais serem criados, bem como sobre os requisitos a serem preenchidos para a sua reintegração ao Estado de origem. Apesar da resistência, a Medida Provisória nº X foi apreciada em ambas as Casas do Congresso Nacional, as quais, com o voto favorável da maioria simples dos respectivos membros, a converteram na Lei nº Y.

Irresignado com o processo legislativo cujo desfecho foi a edição da Lei nº Y, o Partido Político *Alfa*, que conta com representação apenas na Câmara dos Deputados, consultou o seu advogado a respeito da conformidade constitucional desse diploma normativo.

Foi corretamente respondido a *Alfa* que

- (A) a Medida Provisória nº X apresenta vício quanto ao seu objeto.
- (B) o quórum de aprovação da Medida Provisória nº X acarretou vício insanável na Lei nº Y.
- (C) eventuais vícios de inconstitucionalidade da Medida Provisória nº X não se comunicam com a Lei nº Y.
- (D) como os territórios federais integram a União, não é possível transitarem desse ente federativo para os Estados.
- (E) o território federal, enquanto ente federativo, deve ter o surgimento, a alteração e a extinção estabelecidos pela ordem jurídica, podendo tornar-se, ou não, um Estado.

5

Ana e Maria realizaram alentada análise a respeito das distinções conceituais entre a intervenção passível de ser decretada pela União em Estado, e aquela passível de ser decretada pelo Estado em Município, quando não forem prestadas contas pela administração pública direta em harmonia com a sistemática estabelecida pela ordem jurídica.

Ao fim de suas reflexões, Ana e Maria concluíram corretamente que

- (A) a situação descrita na narrativa não justifica a intervenção da União no Estado.
- (B) em ambos os casos estamos perante situações de intervenção provocada.
- (C) em ambos os casos estamos perante situações de intervenção espontânea.
- (D) enquanto a decretação da intervenção da União é classificada como provocada, a do Estado é espontânea.
- (E) enquanto a decretação da intervenção da União é classificada como espontânea, a do Estado é provocada.

6

João foi eleito Deputado Federal e, desde a expedição do diploma, passou a ocupar o cargo de diretor operacional em uma sociedade empresária privada. Essa sociedade atuava como concessionária do Poder Executivo federal em um programa direcionado à instalação e à operação de usinas termelétricas, a partir de uma sistemática contratual padronizada e com a abertura de linhas de crédito junto a instituições financeiras federais.

Maria, também Deputada Federal no exercício do mandato, entendia que a conduta de João era incompatível com a Constituição da República de 1988. Por tal razão, solicitou esclarecimentos a um advogado em relação à sua conformidade constitucional.

Foi corretamente esclarecido a Maria, à luz da Constituição da República de 1988, que a conduta de João

- (A) não apresenta qualquer irregularidade.
- (B) acarreta a perda do mandato, caso João, notificado, não peça exoneração do cargo, o que deve ser declarado pela Mesa da Câmara dos Deputados.
- (C) acarreta a perda do mandato, a ser decidida pela Câmara dos Deputados, a partir de provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional.
- (D) acarreta a perda do mandato, a ser decidida pela Câmara dos Deputados, a partir de provocação da respectiva Mesa, de Deputado Federal ou de partido político representado no Congresso Nacional.
- (E) acarreta a perda do mandato, que deve ser declarada pela Mesa da Câmara dos Deputados, de ofício ou mediante provocação de Deputado Federal ou de partido político representado no Congresso Nacional.

7

Após a atuação de todas as estruturas orgânicas com atribuição na temática, foi concluído o projeto de lei orçamentária anual a ser encaminhado pelo Presidente da República ao Poder Legislativo. De acordo com determinado assessor, sem prejuízo de outros atos a serem praticados:

- I. o projeto deve ser encaminhado por mensagem, que será recebida e lida em sessão conjunta, especialmente convocada para esse fim;
- II. o processo será apreciado por uma Comissão Mista;
- III. as Comissões Permanentes interessadas em participar da discussão devem solicitar ao Presidente da Comissão Mista que lhes seja encaminhado o texto do projeto;
- IV. a Comissão Mista, ao encaminhar o projeto à Comissão Permanente solicitante, estabelecerá prazos e normas a serem obedecidos na elaboração do parecer.

À luz do Regimento Comum do Congresso Nacional, é correto afirmar, em relação às afirmações do assessor, que

- (A) apenas a afirmação II está certa.
- (B) apenas as afirmações I, II e III estão certas.
- (C) apenas as afirmações I e II estão certas.
- (D) apenas as afirmações III e IV estão certas.
- (E) todas estão certas.

8

Em razão da omissão da Constituição do Estado *Alfa*, o Presidente da Assembleia Legislativa constituiu uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma da Constituição Estadual, estabelecendo a forma de escolha do Governador e do Vice-Governador na hipótese de vacância de ambos os cargos no último biênio do mandato.

Ao fim dos trabalhos, a única tese apresentada à comissão que se mostrou compatível com os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988 foi a de que

- (A) por força do princípio da simetria, a eleição para ambos os cargos deve ser feita de forma direta, sendo organizada pela Justiça Eleitoral.
- (B) por força do princípio da simetria, a eleição para ambos os cargos deve ser feita trinta dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa, na forma da lei.
- (C) a Constituição Estadual deve disciplinar a temática em relação ao Governador e ao Vice-Governador, bem como no que diz respeito aos Prefeitos e Vice-Prefeitos.
- (D) pode ser previsto que a eleição seja feita de maneira direta ou indireta, neste último caso pela Assembleia Legislativa, vedada outra forma de provimento definitivo dos cargos.
- (E) pode ser previsto que a eleição seja feita de maneira direta ou indireta, ou mesmo que a sucessão se dará, de maneira definitiva, pelo Presidente da Assembleia Legislativa e, na sua falta, pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

**9**

Com o objetivo de preservar a qualidade de vida da população, que vinha sendo afetada pela crescente industrialização verificada no território do Município *Alfa*, esse ente federativo editou a Lei nº X. De acordo com esse diploma normativo, a emissão de gases poluentes em níveis superiores aos padrões aceitos, que foram fixados em conformidade com os referenciais científicos prevaletentes, acarretaria a aplicação da penalidade de multa.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) o Município *Alfa* tem competência comum com os demais entes federativos para assegurar a proteção do direito fundamental ao meio ambiente sadio.
- (B) a Lei nº X somente será considerada constitucional caso a União tenha editado lei complementar delegando competência legislativa aos Municípios.
- (C) na ausência de norma federal ou estadual que obste a atuação do Município, a Lei nº X deve ser considerada constitucional.
- (D) a Lei nº X é inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre responsabilização por dano ambiental.
- (E) por se tratar de típico interesse local, que só ao Município interessa, a Lei nº X é constitucional.

**10**

Em uma gincana jurídica, os três grupos participantes deveriam apresentar considerações em relação à relevância dos referenciais de vigência e validade na perspectiva do controle concentrado de constitucionalidade, bem como sobre o paradigma de confronto passível de ser utilizado.

O grupo *Alfa* sustentou que a vigência de uma norma não é imprescindível à sua submissão a essa espécie de controle. O grupo *Beta*, por sua vez, defendia que normas inválidas, mesmo sendo reconhecidas como tais em sede de controle concentrado de constitucionalidade, podem continuar a produzir efeitos em certas situações. Já o grupo *Gama* defendeu que norma infraconstitucional também pode ser utilizada como paradigma de confronto para se avaliar a compatibilidade de uma norma com a Constituição da República de 1988.

A professora Ana, ao analisar as respostas dos grupos *Alfa*, *Beta* e *Gama*, concluiu corretamente que

- (A) todas estão certas.
- (B) apenas o grupo *Alfa* está certo.
- (C) apenas o grupo *Gama* está certo.
- (D) apenas os grupos *Alfa* e *Beta* estão certos.
- (E) apenas os grupos *Gama* e *Beta* estão certos.

**11**

Após amplas discussões com representantes da sociedade civil, um grupo de Deputados Estaduais apresentou projeto de lei instituindo a exigência de depósito prévio de 100% do valor da condenação para a interposição de recurso no Juizado Especial Cível, o qual seria perdido em favor do Estado, caso fosse negado provimento ao recurso. O objetivo almejado era o de assegurar a estabilidade das relações sociais e contornar a onda demandista que vinha sobrecarregando os serviços jurisdicionais, em prejuízo da própria população. Após o regular processo legislativo, o projeto foi aprovado, o que culminou com a publicação da Lei estadual nº X.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que o referido diploma normativo é

- (A) inconstitucional, em razão do vício de iniciativa, pois, além do caráter cautelar, o depósito prévio ostenta nítida natureza tributária, o que atrai a iniciativa privativa do Governador.
- (B) inconstitucional, em razão do vício de iniciativa, pois somente o Tribunal de Justiça poderia apresentar o projeto, por dizer respeito à atividade jurisdicional.
- (C) constitucional, considerando que o Estado tem competência legislativa concorrente com a União para legislar sobre procedimento.
- (D) constitucional, na medida em que a razoável duração do processo exige a adoção de medidas que busquem abreviar a relação processual.
- (E) inconstitucional, considerando que a disciplina do depósito prévio é alcançada pela competência legislativa privativa da União.

**12**

João, professor de direito constitucional, questionou Maria, sua aluna, em relação a alguns aspectos relacionados ao exercício do poder reformador, mais especificamente quanto à legitimidade para a apresentação de proposta, aos limites materiais ao exercício do poder reformador e à possibilidade de a matéria inserida em proposta havida por prejudicada ser objeto de nova proposta.

À luz da sistemática constitucional, Maria respondeu corretamente que

- (A) é admitida a iniciativa popular nessas propostas.
- (B) a forma de governo não está inserida entre os limites materiais.
- (C) a matéria constante de proposta havida por prejudicada somente pode ser objeto de nova proposta na legislatura seguinte.
- (D) a proposta havida por prejudicada, não propriamente rejeitada, pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (E) a iniciativa das Assembleias Legislativas exige que a manifestação, em cada uma delas, se dê por maioria absoluta de seus membros.

**13**

O Procon do Estado *Alfa*, órgão de proteção ao consumidor vinculado à Assembleia Legislativa desse ente federativo, vinha recebendo inúmeras representações, formuladas por consumidores, contra a técnica de propaganda utilizada por determinada corporação. Afinal, essa pessoa jurídica, ao divulgar seus produtos, direcionados ao público infanto-juvenil, cria narrativas fantasiosas, que, embora estimulassem o consumo, jamais conseguiam atender às expectativas geradas. Em razão desse estado de coisas, foi editada a Lei estadual nº X, na qual eram estabelecidos balizamentos para essa espécie de propaganda, dispondo especialmente sobre a vedação de manipulação da realidade, de modo a criar expectativas fantasiosas junto aos consumidores em potencial.

Apesar de muito comemorada por inúmeras famílias, a associação das empresas do setor solicitou que sua assessoria analisasse a compatibilidade da Lei nº X com a Constituição da República de 1988, sendo-lhe corretamente respondido que

- (A) por ser o Procon um órgão estadual, a Lei nº X mostra-se constitucional ao disciplinar matéria afeta à sua atuação.
- (B) a Lei nº X versa sobre matéria de competência legislativa privativa da União, sendo, portanto, inconstitucional.
- (C) como o Estado tem competência concorrente com a União para legislar sobre direito do consumidor, a Lei nº X é constitucional.
- (D) a Lei nº X é direcionada à proteção da criança e do adolescente, matéria de competência legislativa comum entre todos os entes federativos.
- (E) a divulgação de produtos, enquanto técnica de convencimento, é protegida pela liberdade de expressão, sendo a Lei nº X inconstitucional, por configurar censura prévia, embora *Alfa* possa legislar sobre a matéria.

**14**

João, Deputado Federal, almejava apresentar determinada proposição legislativa no âmbito da Câmara dos Deputados e entendia que sua tramitação, em razão dos bens e valores envolvidos, deveria ocorrer em regime de urgência. Por tal razão, solicitou que sua assessoria analisasse alguns aspectos relacionados à legitimidade para requerer e ao órgão competente para deferir a tramitação nesse regime específico.

Ao fim de suas reflexões, a assessoria de João concluiu corretamente, à luz do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que

- (A) a legitimidade para o requerimento é universal, alcançando todos os atores do processo legislativo, concebidos em sua individualidade ou em conjunto.
- (B) o requerimento somente pode ser apresentado por legitimados específicos e será apreciado pela Mesa da Câmara, com recurso para o Plenário.
- (C) entre as Comissões, observado o quórum regimental, somente aquelas competentes para opinar sobre o mérito da proposição podem apresentar o requerimento de urgência.
- (D) cabe ao Presidente da Câmara apreciar os requerimentos de urgência, com recurso para o Plenário, não se aplicando esse regime nas propostas de emenda constitucional e nos projetos de código.
- (E) a legitimidade para o requerimento é restrita a um terço dos membros da Câmara, não se admitindo a votação, pela Mesa, do requerimento de urgência, se duas matérias estiverem em tramitação nesse regime.

**15**

Joana, Andrea e Maria, estudiosas do direito constitucional, travaram intenso debate a respeito das características das súmulas vinculantes.

Joana defendia que a propositura de sua edição sempre ocorre em caráter objetivo, jamais de modo incidental a uma relação processual. Andrea, por sua vez, ressaltava que o uso da reclamação, na hipótese de inobservância da súmula vinculante pela autoridade administrativa, pressupunha a apreciação da matéria pelas instâncias ordinárias do Judiciário e o seu correlato esgotamento. Maria, por fim, defendia que, identificada a contrariedade à súmula vinculante, o Supremo Tribunal Federal cassará a decisão judicial impugnada e julgará o caso em conformidade com o referido paradigma vinculante.

Inês, instada a analisar as posições de Joana, Andrea e Maria, concluiu corretamente que

- (A) todas estão certas.
- (B) todas estão erradas.
- (C) apenas Joana está certa.
- (D) apenas Joana e Andrea estão certas.
- (E) apenas Andrea e Maria estão certas.

**16**

Em determinada relação processual, a União foi condenada a complementar os recursos que deveria direcionar ao extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), já que utilizara no repasse uma média regional, não uma média nacional. Considerando a importância da temática, que envolvia a implementação de um direito de vital importância para a população, além de influir na redução das desigualdades regionais, surgiu intenso debate, no curso da relação processual, em relação à forma de execução da decisão judicial condenatória.

Ao final, concluiu-se corretamente que

- (A) como a complementação de recursos foi imposta por título executivo judicial, deve ser aplicada a sistemática de precatórios.
- (B) pode ser determinada a inserção, no orçamento do exercício financeiro subsequente, dos valores repassados a menor nos exercícios pretéritos.
- (C) considerando a fundamentalidade do direito à educação e o seu caráter indissociável da dignidade da pessoa humana, os valores devem ser repassados no prazo estabelecido na decisão judicial.
- (D) observados os limites fixados constitucionalmente, deve ser excepcionada a sistemática de precatórios, sendo que os valores que sobejarem devem ser inseridos na lei orçamentária do exercício posterior.
- (E) como o comando jurisprudencial assume contornos essencialmente mandatórios, considerando os direitos fundamentais envolvidos, não consubstanciando mera dívida de valor, a sua implementação deve ser imediata.

**17**

João, Deputado Federal, solicitou que sua assessoria analisasse os requisitos a serem observados para a realização de uma consolidação das leis federais afetas a determinada temática, pois, ao seu ver, havia uma grande quantidade de diplomas legais esparsos, o que dificultava sobremaneira a compreensão dos institutos.

A assessoria esclareceu corretamente que a medida alvitrada por João

- (A) não pode ser utilizada exclusivamente para declarar a revogação de leis que já tenham sido implicitamente revogadas.
- (B) pode inserir notas explicativas a respeito de divergências doutrinárias ou jurisprudenciais, com indicação das respectivas fontes de informação.
- (C) será adotada a partir do processo legislativo ordinário, devendo o projeto ser analisado, em cada Casa Legislativa, pela respectiva Comissão de Redação.
- (D) não pode incursionar em questões doutrinárias ou jurisprudenciais, mas apenas reproduzir as leis objeto de consolidação, afastando eventuais contradições internas.
- (E) caso venha a indicar os dispositivos não recepcionados pela Constituição da República de 1988, deve haver justificativa expressa e fundamentada, além da indicação das fontes de informação.

**18**

Joana, Maria e Antônia discutiram os contornos estruturais das técnicas de decisão passíveis de serem adotadas, pelo Supremo Tribunal Federal, na realização do controle concentrado de constitucionalidade, mais especificamente em relação à sua inter-relação com a interpretação constitucional.

Joana defendia que a interpretação conforme à constituição se mostra compatível com a metódica concretista de Friedrich Müller. Maria, por sua vez, afirmava que a técnica da declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto prestigia a dicotomia entre texto e contexto. Antônia, por fim, defendia que as duas técnicas de decisão mencionadas por Joana e Maria estão expressamente previstas em lei.

Laura, chamada a opinar a respeito das observações de Joana, Maria e Antônia, concluiu corretamente que

- (A) todas estão certas.
- (B) apenas a observação de Joana está certa.
- (C) apenas a observação de Antônia está certa.
- (D) apenas as observações de Joana e Maria estão certas.
- (E) apenas as observações de Maria e Antônia estão certas.

**19**

No corrente ano, João, Juiz de Direito que atua em uma relação processual na qual eram partes o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), autarquia federal, e segurado, praticou um ato que, ao ver daquele, era ilegal e arbitrário, o que levou à impetração de mandado de segurança perante o Tribunal Regional Federal da respectiva Região. Este Tribunal, por sua vez, ao proferir acórdão denegando a ordem, ainda ao ver do INSS, teria atuado de maneira manifestamente contrária à ordem constitucional, o que resultou na interposição do recurso cabível ao Superior Tribunal de Justiça, que reformou o acórdão recorrido e deferiu a ordem.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação à competência dos órgãos jurisdicionais, que a narrativa

- (A) não apresenta nenhuma irregularidade.
- (B) somente apresenta irregularidade em relação ao Juiz de Direito.
- (C) somente apresenta irregularidade em relação ao Tribunal Regional Federal.
- (D) somente apresenta irregularidade em relação ao Superior Tribunal de Justiça.
- (E) somente apresenta irregularidade em relação ao Juiz de Direito e ao Tribunal Regional Federal.

**20**

Maria, bacharel em direito recém-formada, tinha o sonho de ocupar o cargo de Juiz de Direito. Após analisar a sistemática constitucional afeta ao tempo de atividade jurídica exigido para o ingresso na carreira da magistratura, concluiu corretamente que são exigidos

- (A) até três anos de atividade jurídica, conforme venha a ser estabelecido no edital do respectivo certame.
- (B) três anos de atividade jurídica, a serem comprovados no momento da inscrição preliminar no concurso público.
- (C) no mínimo três anos de atividade jurídica, a serem comprovados no momento da inscrição definitiva no concurso público.
- (D) três anos de atividade jurídica, a serem necessariamente comprovados no momento da posse no cargo, quando se avaliará a capacidade de exercício da função.
- (E) no máximo três anos de atividade jurídica, a serem comprovados no momento da posse, assegurada a liberdade de conformação do legislador em sede de lei complementar.

**21**

Maria, Juíza de Direito titular do juízo único da Comarca *Alfa*, entrou em gozo de licença médica. João, Juiz de Direito Substituto, foi designado para responder pelo referido juízo. Três meses depois, o órgão competente do Tribunal de Justiça fez cessar a referida designação de João, sem ouvi-lo previamente, e o designou para atuar no juízo único da Comarca Beta. Joana, também Juíza de Direito Substituta, foi designada para atuar no órgão jurisdicional titularizado por Maria, que continuava em gozo de licença médica.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação à cessação da designação de João para substituir Maria, que

- (A) foi irregular, considerando a afronta à garantia da inamovibilidade.
- (B) como a garantia da inamovibilidade somente alcança o Juiz de Direito titular, a cessação da designação de João não foi irregular.
- (C) a cessação da designação de João somente seria irregular, por afronta à inamovibilidade, caso a designação tivesse sido realizada por período previamente estabelecido.
- (D) tanto o Conselho Nacional de Justiça como o Pleno do Tribunal de Justiça, por maioria simples, poderiam determinar a cessação da designação de João.
- (E) a cessação da designação de João somente poderia ser determinada pelo Pleno do Tribunal de Justiça, o que exigiria motivo de interesse público, pelo voto da maioria absoluta.

**22**

O Distrito Federal editou a Lei nº X, criando uma gratificação para policiais militares e bombeiros militares do Distrito Federal que estejam vinculados ao gabinete do Governador, a ser custeada por esse ente federativo.

Irresignado com o teor desse diploma normativo, que reputava manifestamente inconstitucional, o Diretório Nacional do Partido Político *Alfa* solicitou a análise de sua assessoria, sendo-lhe corretamente respondido que

- (A) a Lei nº X apresenta vício formal, pois a matéria deveria ser disciplinada em lei complementar.
- (B) não há qualquer mácula à competência legislativa da União na lei distrital que criou a referida gratificação, nos termos indicados.
- (C) o Distrito Federal possui competência legislativa concorrente com a União para legislar sobre a matéria, logo, a Lei nº X é constitucional.
- (D) como referidos agentes estão estatutariamente vinculados ao Distrito Federal, esse ente federativo exerceu uma competência legislativa que lhe é própria.
- (E) compete privativamente à União organizar e manter a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, logo, este último ente federativo não pode legislar sobre a temática.

**23**

Em razão da insuficiência das dotações orçamentárias destinadas à determinada política pública direcionada à implementação de certo direito social, os assessores do Presidente da República iniciaram debates em relação ao possível encaminhamento de projeto de lei, ao Poder Legislativo, visando à abertura do crédito adicional correspondente. Na ocasião, também levaram em consideração os circunstancialismos políticos da época e as possíveis resistências que enfrentariam no âmbito do Poder Legislativo.

Após os debates, os assessores concluíram corretamente que

- (A) cada parlamentar poderá apresentar até cinco emendas ao projeto que venha a ser apresentado.
- (B) o referido crédito pode ser aberto por medida provisória, considerando a urgência e a relevância que o caracterizam.
- (C) o projeto só será apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização até o dia 20 de novembro de cada ano.
- (D) é vedada a apresentação de projeto para a abertura dos referidos créditos após a apresentação do projeto de lei orçamentária anual.
- (E) ao relator, no âmbito do Congresso Nacional, é vedado apresentar parecer de mérito sobre as emendas que sejam apresentadas ao projeto, devendo apenas submetê-las à apreciação do Plenário.

**24**

A Constituição do Estado *Alfa* foi alterada e passou a dispor que membro do Ministério Público do respectivo Estado integraria o conselho do Fundo Estadual de Conservação Ambiental.

Surpreso com o teor dessa alteração, Joana, presidente de uma organização da sociedade civil que também tinha assento no colegiado, consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade do referido comando com a Constituição da República de 1988.

O advogado respondeu corretamente a Joana que o comando

- (A) não poderia ser inserido na Constituição Estadual, já que a matéria é própria da lei orgânica do Ministério Público.
- (B) importa no exercício de uma segunda função pública pelo membro do Ministério Público, o que é vedado pela Constituição da República.
- (C) é harmônico com a Constituição da República, desde que a atuação do membro seja remunerada, considerando o princípio constitucional que exige o pagamento pelo trabalho realizado.
- (D) não infringe vedação estabelecida na Constituição da República, desde que, entre outros requisitos, a participação se dê a título de exercício das atribuições institucionais do Ministério Público.
- (E) a atuação no referido Fundo é incompatível com as funções institucionais do Ministério Público, já que o conselho há de desenvolver funções deliberativas, sendo as decisões tomadas suscetíveis de fiscalização pela própria Instituição.

**25**

Em sede de ação civil pública ajuizada em face da União, o Juiz Federal competente proferiu decisão liminar, determinando, sob pena de multa diária, que a Defensoria Pública da União lotasse um Defensor Público Federal na Seção Judiciária *Alfa*. Por entender que a decisão afrontou prerrogativas e a forma de organização da Defensoria Pública da União, conforme previstas na Constituição da República, essa Instituição ingressou com suspensão de liminar perante o Supremo Tribunal Federal.

Considerando a sistemática estabelecida na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que

- (A) a decisão proferida, ao assegurar a garantia constitucional de acesso à justiça, não apresenta qualquer irregularidade.
- (B) como a autonomia administrativa da Defensoria Pública da União foi afrontada, a Instituição tem legitimidade para ingressar com a suspensão de liminar.
- (C) a Defensoria Pública da União só tem legitimidade para atuar em juízo no exercício de suas atribuições, não para se insurgir contra a implementação de direitos fundamentais.
- (D) a representação judicial da União, que figura no polo passivo da relação processual, é privativa da Advocacia-Geral da União, órgão que deveria aferir a conveniência, ou não, de ingressar com a suspensão de liminar.
- (E) na medida em que a Defensoria Pública da União está integrada à União, não tendo personalidade jurídica, ela somente teria legitimidade para insurgir-se, em juízo, contra atos desse ente federativo, o que não é o caso.

**26**

Antônio, servidor recém-empossado em cargo de provimento efetivo no âmbito da Câmara dos Deputados, tomou conhecimento de uma grande movimentação, envolvendo diversos grupos políticos, visando à alienação, a particular, de terra pública com área de três mil hectares.

Após consultar a Constituição da República de 1988, João concluiu corretamente que a referida alienação

- (A) deve ser veiculada em lei, de iniciativa de qualquer parlamentar.
- (B) deve ser veiculada em lei, de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.
- (C) exige autorização do Congresso Nacional, caso seja gratuita ou realizada a estrangeiros, devendo ser sempre demonstrada a presença do interesse público.
- (D) será efetivada por meio de decreto legislativo, somente sendo exigida em se tratando de terras da União, observado o princípio da simetria pelas Assembleias Legislativas.
- (E) pressupõe autorização do Congresso Nacional, que não será veiculada em lei e que deve ser concedida qualquer que seja o ente federativo a que estejam vinculadas as terras.

**27**

Joana, Juíza de Direito, ao julgar determinada causa em que as partes, a partir da interpretação do mesmo comando constitucional, alcançavam normas com sentidos distintos, buscou explicar o sentido que encontrara afirmando que o intérprete, ao transitar do texto para a norma, desenvolve uma atividade intelectual de índole argumentativa e decisória. Nessa atividade, o intérprete deve resolver as conflitualidades intrínsecas da norma constitucional, que opõem grandezas argumentativamente relevantes, passíveis de influir no delineamento de uma pluralidade de significados a serem atribuídos aos significantes interpretados. Cabe ao intérprete decidir qual desses significados deve preponderar, conforme as singularidades do caso concreto em que serão aplicados.

A partir da concepção de Joana, é correto afirmar que

- (A) embora não haja uniformidade no nível de vagueza dos enunciados linguísticos constitucionais, tendem a apresentar reduzida permeabilidade axiológica, o que é acentuado em Constituições compromissórias.
- (B) a polissemia dos enunciados linguísticos utilizados no texto constitucional inviabiliza a reconstrução das razões que levaram o intérprete a preferir um significado em detrimento do outro.
- (C) a inicialidade sistêmica dos comandos constitucionais e a pretensão à permanência que trazem consigo torna-os particularmente suscetíveis às operações descritas por Joana.
- (D) sua argumentação é direcionada à resolução das antinomias verificadas no momento de aplicação das normas constitucionais.
- (E) as reflexões de Joana se afeiçoam à tópica pura e se distanciam dos referenciais teóricos afetos à metódica concretista.

**28**

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Vereadores do Município *Alfa* recebeu três projetos de lei para a análise de compatibilidade formal com a Constituição da República de 1988. O projeto X determinava a instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios que viessem a ser construídos no território municipal. O projeto Y estabelecia requisitos a serem observados pelas sociedades empresárias que viessem a explorar o serviço local de gás canalizado. Por fim, o projeto Z estabelecia detalhado regimento para a exploração da atividade de cremação de cadáveres.

Ao analisar os projetos X, Y e Z na perspectiva da competência do Município *Alfa* para legislar sobre a matéria, a referida Comissão concluiu corretamente que

- (A) todos são constitucionais.
- (B) apenas o projeto Y é constitucional.
- (C) apenas o projeto X é constitucional.
- (D) apenas os projetos Y e Z são constitucionais.
- (E) apenas os projetos X e Z são constitucionais.

**29**

O projeto de lei complementar nº X, regularmente aprovado pelo Senado Federal, foi encaminhado à Câmara dos Deputados. João, Deputado Federal, que tinha assumido compromissos de campanha que tangenciavam a matéria referida no projeto, decidiu traçar uma estratégia para a apresentação de emendas de Plenário.

Após analisar o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, João concluiu corretamente que

- (A) as referidas emendas só podem ser apresentadas por Comissão, aprovadas pela maioria absoluta dos seus membros, ou por um décimo dos membros da Casa.
- (B) é possível a apresentação das referidas emendas, durante a discussão, em projetos que sejam discutidos e votados em turno único, como é o caso.
- (C) como o projeto será apreciado em dois turnos, será possível a apresentação das referidas emendas, por Deputado Federal, durante as fases de discussão.
- (D) durante a discussão em segundo turno, não é possível a apresentação das referidas emendas por Deputado Federal.
- (E) as emendas à redação final podem ser apresentadas por Deputado Federal até o início da votação.

**30**

A partir de projeto de lei de iniciativa da quase totalidade dos Deputados Estaduais, e que veio a ser sancionado e promulgado pelo Governador do Estado, foi editada a Lei nº X, do Estado *Alfa*. Esse diploma normativo foi muito comemorado pela população, pois criou um programa de auxílio à moradia de pessoas carentes, de caráter emergencial, consistente no custeio parcial de aluguel, observados os limites máximos e os requisitos ali previstos.

O funcionamento do programa demandava regulamentação do Poder Executivo, sendo fixado o prazo de cento e vinte dias para que isto fosse feito. Ocorre que, após o decurso desse prazo, o Chefe do Poder Executivo estadual passou a afirmar que não regulamentaria a Lei nº X porque ela era flagrantemente inconstitucional.

Inconformado com o entendimento do Governador do Estado, o Presidente da Assembleia Legislativa consultou um especialista na matéria, que o informou corretamente que a Lei nº X

- (A) é inconstitucional na medida em que o Estado não tem competência para legislar sobre programas assistenciais.
- (B) apresenta um único vício de inconstitucionalidade, consistente na fixação de prazo para a regulamentação da lei.
- (C) apresenta um único vício de inconstitucionalidade, consistente na criação de despesa para a Administração Pública.
- (D) apresenta vício de iniciativa, pois a criação de programas a serem implementados pelo Poder Executivo é de iniciativa legislativa privativa do Governador do Estado.
- (E) não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, pois o Estado pode legislar sobre assistência social, a matéria não é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, e foi observado o seu poder regulamentar.

**31**

No curso de um contrato de concessão, regido pela Lei nº 8.987/95, a concessionária Beta é intimada pelo Poder Concedente para regularizar a prestação do serviço público, estava sendo prestado de forma deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço, mas se quedou silente.

Nesse cenário, em tema de serviços públicos, considerando as disposições da citada lei e respeitado o procedimento legal, é correto afirmar que o Poder Concedente poderá

- (A) aplicar multa, simples ou diária, em desfavor da concessionária, não se admitindo a declaração de caducidade do contrato à luz da omissão verificada.
- (B) aplicar multa progressiva, em desfavor da concessionária, não se admitindo a declaração de caducidade do contrato à luz da omissão verificada.
- (C) declarar a encampação do contrato administrativo, mediante a observância do contraditório e da ampla defesa.
- (D) declarar a caducidade do contrato administrativo, mediante a observância do contraditório e da ampla defesa.
- (E) declarar a rescisão do contrato administrativo, mediante a observância do contraditório e da ampla defesa.

**32**

Considere que as pessoas jurídicas elencadas abaixo adquiriram bens imóveis na forma descrita.

A sociedade de economia mista federal *Alfa*, pessoa jurídica de direito privado exploradora de atividade econômica do ramo energético, adquiriu sala comercial para consecução das suas atividades.

A empresa pública federal *Beta*, pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público de transporte, adquiriu terreno para construção de sua sede.

A autarquia federal *Ômega*, pessoa jurídica de direito público, responsável pela regulação do setor de telecomunicações, adquiriu prédio comercial para consecução de suas atividades.

A sociedade empresária *Gama*, pessoa jurídica de direito privado, delegatária de serviço público, adquiriu salão comercial para construção de academia de ginástica para seus funcionários.

Diante do exposto, em tema de bens públicos, assinale a alternativa correta quanto aos imóveis adquiridos.

- (A) Apenas os imóveis da sociedade de economia mista *Alfa* e da empresa pública *Beta* são impenhoráveis, imprescritíveis e não oneráveis.
- (B) Apenas os imóveis da sociedade de economia mista *Alfa* e da autarquia *Ômega* são impenhoráveis, imprescritíveis e não oneráveis.
- (C) Apenas os imóveis da sociedade de economia mista *Beta* e da autarquia *Ômega* são impenhoráveis, imprescritíveis e não oneráveis.
- (D) Apenas os imóveis da sociedade de economia mista *Beta* e da sociedade empresária *Gama* são impenhoráveis, imprescritíveis e não oneráveis.
- (E) Apenas os imóveis da autarquia *Ômega* e da sociedade empresária *Gama* são impenhoráveis, imprescritíveis e não oneráveis.

**33**

A concessionária de serviço público *Alfa* presta serviço público de fornecimento de energia elétrica, tendo como usuários um hospital público, uma escola municipal, uma universidade privada e uma casa de família.

Referida concessionária interrompeu a prestação do serviço elétrico para usuários supramencionados em razão de enchente que assolou o Estado, colocando em risco a segurança das instalações. No mês subsequente interrompeu a prestação, para os mesmos usuários, em razão do inadimplemento por parte deles.

Nesse contexto, no que tange à continuidade do serviço público, quanto ao fornecimento de energia elétrica pela concessionária *Alfa* para os usuários supramencionados, assinale a alternativa correta segundo a lei e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- (A) É possível a interrupção do fornecimento em razão da enchente para todos os usuários, visto que não se caracteriza como descontinuidade do serviço em situação de emergência, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações.
- (B) É possível a interrupção do fornecimento em razão do inadimplemento, para a escola municipal e a universidade privada, considerando os interesses da coletividade.
- (C) Não é possível a interrupção do fornecimento em razão do inadimplemento, ainda que com aviso prévio, para o hospital público e para a casa de família, vez que o princípio da dignidade da pessoa humana impede que os interesses patrimoniais se sobreponham aos interesses existenciais.
- (D) Não é possível a interrupção do fornecimento em razão da enchente para nenhum dos usuários, visto se tratar de serviço público essencial, que deve atender ao princípio da continuidade do serviço público.
- (E) É possível a interrupção do serviço tanto em razão do inadimplemento, quanto em função da enchente para o todos os usuários, considerando o princípio da livre concorrência e da livre iniciativa.

**34**

Pedro, Governador do Estado *Alfa*, com o objetivo de compor sua administração, realizou a nomeação de diversas pessoas para cargos em comissão, nomeáveis e exoneráveis *ad nutum*. Entre essas nomeações, três cargos chamaram a atenção: o de Secretário Estadual, o de técnico administrativo e o de motorista oficial.

Considerando que foram nomeados por Pedro para citados cargos, respectivamente, seu irmão João, sua esposa Dalva e seu amigo Carlos, assinale a alternativa correta no que tange à lei e à jurisprudência relativa à prática de nepotismo.

- (A) As nomeações para os três cargos são ilegais, visto que as relações de parentesco e de amizade afrontam os princípios democrático e republicano.
- (B) As nomeações de João e Dalva são ilegais, em razão do vínculo de parentesco que possuem com Pedro, sendo legal a nomeação de Carlos.
- (C) As nomeações de João e Carlos são legais, visto que o cargo de Secretário tem natureza política, bem como a relação de amizade não é vedada.
- (D) As nomeações de Dalva e Carlos são ilegais, visto que o grau de proximidade com a esposa e o amigo afrontam o princípio da impessoalidade e da moralidade.
- (E) As nomeações para os três cargos são legais, visto que o gestor público, no exercício da administração da máquina pública, tem liberdade para realizar nomeações e exonerações de cargos em comissão.

**35**

Bruno, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, há mais de 10 anos, buscando sua consolidação na carreira política, se candidata ao cargo de deputado federal, logrando êxito em ser eleito, com expressiva votação.

Considerando as disposições legais acerca da acumulação de cargos públicos e a condição de Bruno como servidor público estável, assinale a alternativa correta.

- (A) É possível a acumulação de ambos os cargos, se houver compatibilidade de horários, visto que o cargo de consultor e o de deputado federal são vinculados ao mesmo órgão, Câmara dos Deputados, recebendo a remuneração de ambos.
- (B) Não é possível a acumulação de ambos os cargos, devendo Bruno se afastar de seu cargo efetivo para ser empossado no cargo eletivo, contabilizando-se seu tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- (C) É possível a acumulação de ambos os cargos, ainda que não haja compatibilidade de horários, visto que o trabalho remoto permite flexibilidade, optando, contudo, pela remuneração de apenas um deles.
- (D) Não é possível a acumulação de ambos os cargos, devendo Bruno se afastar de seu cargo efetivo para ser empossado no cargo eletivo, não se contabilizando seu tempo de serviço para quaisquer efeitos legais.
- (E) É possível a acumulação de ambos os cargos, se não superarem sessenta horas semanais, desde que haja expressa disposição normativa no órgão acerca do tema, sendo seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

**36**

Em matéria de organização administrativa da administração pública federal, considere as informações abaixo:

A pessoa jurídica *Alfa* desenvolve atividade típica de estado, foi criada por lei, lhe sendo conferidos poderes normativos, seus dirigentes possuem mandato certo, possui privilégios processuais e fiscais;

A pessoa jurídica Beta é sociedade limitada, teve sua criação autorizada por lei, possui capital unicamente público e explora atividade econômica, em regime não concorrencial.

A pessoa jurídica Gama, sociedade anônima, teve sua criação autorizada por lei, possui capital misto, com a maioria do capital votante nas mãos do poder público e presta serviço público mediante delegação estatal.

A pessoa jurídica Delta foi criada por lei e celebrou contrato de gestão com o Ministério supervisor, adquirindo vantagens especiais e, em troca, se comprometendo a cumprir plano de reestruturação definido no próprio contrato de gestão para se tornar mais eficiente.

Nesse sentido, é possível dizer que as pessoas jurídicas acima mencionadas são respectivamente:

- (A) agência reguladora, empresa pública, sociedade de economia mista e agência executiva;
- (B) empresa pública, agência reguladora, agência executiva e sociedade de economia mista;
- (C) sociedade de economia mista, agência executiva, empresa pública e agência reguladora;
- (D) agência reguladora, agência executiva, sociedade de economia mista e empresa pública;
- (E) organização da sociedade civil, autarquia profissional, empresa pública e sociedade de economia mista.

**37**

Os bens públicos, como regra, são usufruídos por toda a coletividade, em atenção ao princípio republicano. Trata-se do uso comum da propriedade, que pode ser gratuito ou remunerado. Excepcionalmente os bens públicos podem ser passíveis de uso anormal ou privativo, quando houver consentimento estatal.

Nesse contexto, considere como exemplos concretos o fechamento de uma rua para eventos festivos, a utilização de uma praia para realização de casamento, a instalação de bancas de jornais em calçadas e a instalação de restaurante em universidade pública.

Considerando os casos supramencionados, os instrumentos de utilização especial da propriedade utilizados são, respectivamente:

- (A) autorização de uso, autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso.
- (B) Autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, permissão de uso.
- (C) Concessão de uso, autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso.
- (D) Concessão de direito real de uso, autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso.
- (E) Concessão de uso especial para fins de moradia, concessão de direito real de uso, autorização de uso, autorização de uso.

**38**

A Administração Pública Federal pretende alienar o controle acionário da sociedade de economia mista federal *Alfa* e de sua subsidiária, com o intuito de obter disponibilidade orçamentária para o exercício subsequente.

Acerca do tema organização administrativa, de acordo com atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, para alienação do controle acionário da sociedade *Alfa* e de sua subsidiária, será necessária:

- (A) apenas autorização legislativa para ambas.
- (B) apenas deliberação dos respectivos conselhos diretores, dispensadas autorização legislativa e licitação para a ambas.
- (C) autorização legislativa e licitação para a sociedade *Alfa* e sua subsidiária.
- (D) autorização legislativa para a subsidiária, dispensado tal requisito para a sociedade *Alfa*. Licitação na modalidade diálogo competitivo para ambas.
- (E) autorização legislativa para a sociedade *Alfa*, dispensado tal requisito para sua subsidiária. Licitação para sociedade *Alfa*, dispensada para sua subsidiária, desde que adote procedimento público competitivo.

**39**

A Administração Pública Federal, visando se adequar aos modernos conceitos de administração pública gerencial, decidiu delegar a prestação de serviços públicos que costumava realizar diretamente, transferindo sua execução para a iniciativa privada.

Os contratos foram firmados com os seguintes agentes privados:

- Consórcio de empresas *Alfa*, mediante licitação, por prazo determinado.
- Pessoa jurídica *Beta*, mediante licitação, a título precário.
- Pessoa física *Gama*, mediante licitação, a título precário.
- Pessoa física *Teta*, sem licitação, a título precário.

É correto afirmar que os delegatários dos serviços públicos *Alfa*, *Beta*, *Gama* e *Teta* firmaram com a administração pública, respectivamente, contrato de

- (A) concessão, permissão, permissão e autorização.
- (B) concessão, autorização, permissão e permissão.
- (C) permissão, permissão, autorização e concessão.
- (D) permissão, autorização, concessão e concessão.
- (E) concessão, autorização, autorização, concessão.

**40**

A autarquia federal *Alfa*, criada por lei, há muito vem apresentando desempenho abaixo do esperado, não atendendo aos objetivos para os quais foi criada, ficando a especialização do serviço público, preconizada pelo modelo de administração gerencial, prejudicada.

Visando sanar o problema, a Administração Pública Federal firmou acordo com a autarquia *Alfa* promovendo o aumento de sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira, mediante fixação de metas de desempenho, garantindo, assim, a prestação de serviço público adequado às expectativas dos cidadãos.

Considerando os instrumentos postos à disposição da administração pública, assinale a alternativa correta quanto ao instrumento firmado e ao princípio administrativo atendido.

- (A) Contrato de gestão, para atender ao princípio da eficiência.
- (B) Contrato de cooperação, para atender ao princípio da legalidade
- (C) Termo de fomento, para atender ao princípio da eficiência.
- (D) Termo de parceria, para atender ao princípio da economicidade.
- (E) Termo de colaboração, para atender ao princípio da efetividade.

**41**

O Partido Político *Alfa* formou uma federação partidária com os Partidos Políticos *Beta* e *Gama*. Maria, que era filiada ao Partido Político *Alfa*, teve sua candidatura apresentada pela referida federação na eleição para Deputado Federal, logrando êxito em ser eleita.

Durante o exercício do mandato, Maria consultou um advogado a respeito da possibilidade de se desfiliar do Partido Político *Alfa*, sendo-lhe corretamente esclarecido, além de outras informações relevantes, que

- (A) como Maria foi eleita pela federação, a desfiliação de *Alfa* não acarretará a perda do mandato.
- (B) a desfiliação não é admitida em qualquer hipótese, acarretando a perda do mandato eletivo.
- (C) Maria somente pode se filiar a outro partido político, sem perda do mandato, se houver mudança ideológica acentuada ou grave discriminação política pessoal.
- (D) Maria pode se filiar a outro partido político, sem perda do mandato, no período de trinta dias que antecede o prazo de seis meses da próxima eleição regular para o cargo de Senador.
- (E) Maria pode se filiar a outro partido político, sem perda do mandato, para atender à condição de elegibilidade consistente no tempo de filiação partidária em qualquer eleição majoritária ou proporcional.

**42**

João, Presidente da Câmara do Município *Beta*, substituiu o Prefeito Municipal por um período de dez dias, quando este último agente se encontrava no exterior em missão oficial. Como essa substituição ocorreu nos seis últimos meses do mandato do Chefe do Poder Executivo, João procurou obter informações em relação à possibilidade de se reeleger Vereador no Município *Beta*.

Ao final de suas reflexões, concluiu corretamente que

- (A) não há incidência de causa de inelegibilidade, considerando que João apenas substituiu o Prefeito Municipal, não o sucedeu.
- (B) não incide causa de inelegibilidade tanto na substituição como na sucessão do Prefeito pelo Presidente da Câmara do Município *Beta*.
- (C) não incide causa de inelegibilidade na hipótese em tela, que somente se aplica, em situações dessa natureza, aos parlamentares federais e estaduais.
- (D) há incidência de causa de inelegibilidade, que alcança tanto as situações de sucessão como de substituição do Chefe do Poder Executivo no período indicado.
- (E) não há incidência de causa de inelegibilidade, considerando que a substituição do Prefeito Municipal é um *munus* constitucional do Presidente da Câmara Municipal.

**43**

Foi requerido o registro de João, filiado ao Partido Político X, como candidato ao cargo eletivo de Deputado Federal. João teve o seu registro deferido pelo órgão competente e logrou êxito em ser eleito. Após a diplomação, o Partido Político V ajuizou ação visando à cassação do seu mandato, sendo o pedido julgado procedente, com o trânsito em julgado no final do ano seguinte.

À luz da sistemática legal vigente, é correto afirmar que

- (A) os votos dados a João não serão anulados, mas contados em favor da legenda pela qual se candidatou.
- (B) os votos dados a João são considerados nulos, o que exige que sejam recalculados os quocientes eleitoral e partidário.
- (C) os votos dados a João não serão anulados, mas serão contados apenas para a composição do quociente eleitoral, não para o Partido Político X.
- (D) a cassação de mandato, nos sistemas proporcionais, somente gera reflexos em relação ao candidato, não em relação ao partido político, independente da conduta que a motivou.
- (E) somente em relação àqueles que ostentem a condição de candidato *sub judice* é que, uma vez cassados, os votos serão computados em favor da legenda pela qual se candidataram, o que não é o caso de João.

**44**

Pedro, em acirrada disputa com Antônio e José, logrou êxito em ser eleito Prefeito do pequeno Município *Alfa*, de vinte mil habitantes. Nessa eleição, Pedro recebeu 37% dos votos válidos; Antônio, 34%; e José, 29%. Após a posse de Pedro, transitou em julgado, no fim do ano, o provimento jurisdicional proferido em ação que tramitou perante a Justiça Eleitoral, sendo decretada a cassação do seu diploma.

Em situações dessa natureza, é correto afirmar que

- (A) devem ser realizadas novas eleições, independentemente do número de votos anulados.
- (B) será realizada uma nova eleição, às expensas de Pedro, que deu causa à anulação da primeira eleição.
- (C) em razão da cassação de Pedro, deve ser realizado uma nova eleição, tendo como candidatos Antônio e José.
- (D) como o número de votos dados a Pedro é inferior à metade dos votos válidos, não será realizada nova eleição.
- (E) a necessidade, ou não, de ser realizada nova eleição será aferida conforme o total de votos, incluindo os nulos e os em branco.

45

Certos apoiadores de Pedro, candidato a Deputado Estadual no âmbito do Estado *Alfa*, ofereceram emprego a três pessoas, poucos meses antes da eleição, em troca do voto no referido candidato. Pedro, apesar de não ter perpetrado as referidas condutas, tinha conhecimento de que seriam praticadas, já que fora previamente informado do que seria feito. Maria, também candidata a Deputada Estadual, ingressou com representação em face de Pedro, com o objetivo de cassar o seu registro em razão dos fatos narrados.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que

- (A) o princípio da personalidade do ilícito obsta que Pedro seja responsabilizado pela conduta de terceiros.
- (B) Maria deveria ter ajuizado a ação de investigação judicial eleitoral, não a representação, que não é instrumento adequado à cassação do registro.
- (C) considerando que as referidas condutas não comprometeram a normalidade e a legitimidade da eleição, pois envolveram apenas três eleitores, Pedro não poderia ter o registro cassado.
- (D) ainda que não tenha praticado as condutas, como Pedro tinha conhecimento dos fatos, o que é imprescindível à sua responsabilização, tem legitimidade para figurar no polo passivo e o seu registro pode ser cassado.
- (E) a representação deveria ter sido ajuizada em face dos apoiadores, que poderiam sofrer a sanção de multa, e de Pedro, que se beneficiou das condutas, podendo ter o registro cassado ainda que as desconhecesse.

46

João, que cumpria pena restritiva de direitos em razão de condenação penal transitada em julgado, concorreu ao cargo eletivo de Prefeito do Município Sigma. Foi eleito e veio a ser diplomado pela Justiça Eleitoral. Joana, também candidata ao referido cargo eletivo e que fora derrotada nas urnas, embora tivesse pleno conhecimento da condenação de João, o que fora informado pelo próprio candidato no curso da campanha como um exemplo das inúmeras injustiças já praticadas contra ele, consultou o seu advogado a respeito da possibilidade de ajuizar alguma ação para que fosse cassado o diploma do candidato vitorioso.

O advogado respondeu corretamente a Joana que

- (A) como a condenação penal transitada em julgado é causa de inelegibilidade e preexistia ao pedido de registro, ela não mais pode ser suscitada, tendo ocorrido a preclusão.
- (B) faltava uma condição de elegibilidade para João, a qual, por ter natureza constitucional, pode ser alegada em momento posterior ao registro de candidatura.
- (C) como João não foi privado de sua liberdade, continua no pleno gozo dos seus direitos políticos, não havendo causa de pedir idônea para uma ação de cassação do seu diploma.
- (D) causas de inelegibilidade, quaisquer que sejam elas, podem ser invocadas a qualquer tempo, mesmo no curso do mandato eletivo, em ações que busquem a sua cassação.
- (E) o ajuizamento de recurso contra a expedição de diploma pressupõe a ocorrência de inelegibilidade superveniente, o que alcança as situações conhecidas em momento posterior ao registro de candidatura, como a descrita na narrativa.

47

Maria almejava concorrer a um cargo eletivo estadual nas eleições a serem realizadas em determinado ano. Joana, sua amiga, explicou-lhe a necessidade de o partido político a que está filiada encaminhar à Justiça Eleitoral, no momento próprio, o denominado Demonstrativo de Regularidade de Atos Praticados.

Ao analisar a funcionalidade do referido Demonstrativo, Maria concluiu corretamente que

- (A) deve ser preenchido um Demonstrativo por cargo pleiteado, que, para os cargos majoritários, será constituído pelo pedido de registro do titular com os respectivos vices e suplentes.
- (B) veicula a declaração formal a respeito do resultado da convenção partidária, de modo a possibilitar o registro individual dos candidatos do respectivo partido político.
- (C) só é apresentado nos registros de candidatura para os cargos em disputa nas eleições proporcionais, devendo conter a aquiescência de cada candidato em concorrer ao pleito.
- (D) é utilizado na prestação de contas do partido político, devendo ser instruído com informações concernentes à arrecadação de recursos e à despesa eleitoral.
- (E) é apresentado pelo partido político ao fim de cada fase do processo eleitoral, de modo a direcionar a fiscalização em relação aos atos praticados.

48

Determinada autoridade religiosa, por ocasião dos rituais da respectiva religião, fez elogios a João, candidato nas eleições a serem realizadas no mês subsequente. As informações oferecidas aos fiéis eram fidedignas, considerando a intensa participação do referido candidato em atividades sociais e religiosas no decorrer de sua vida. Como essa conduta se repetiu em diversos rituais da religião, Maria, candidata nas mesmas eleições de João, consultou o seu advogado em relação à possibilidade de ser ajuizada ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) em face da autoridade religiosa e de João.

Foi corretamente esclarecido a Maria que a conduta descrita

- (A) configura abuso de autoridade, o que autoriza o ajuizamento da AIJE.
- (B) configura abuso dos meios de comunicação, o que autoriza o ajuizamento da AIJE.
- (C) configura abuso do poder econômico, considerando a imunidade das entidades religiosas, o que autoriza o ajuizamento da AIJE.
- (D) não autoriza o ajuizamento da AIJE, considerando inexistir influência do poder econômico ou uso indevido de meios de comunicação social.
- (E) autoriza o ajuizamento da AIJE, que pode ser utilizada analogicamente para coibir qualquer ilícito que comprometa a normalidade e a legitimidade da eleição.

49

João, Presidente do Partido Político *Alfa*, iniciou tratativas com Maria, Presidente do Partido Político Beta, com o objetivo de formarem uma federação partidária. Por ter plena consciência da importância dessa medida, solicitou que sua assessoria analisasse alguns aspectos da federação conforme as orientações que passou.

Em sua análise preliminar, a assessoria observou que

- I. a atuação dos partidos que compõem a federação ocorrerá de forma unificada em todos os níveis.
- II. para fins de aferição da cláusula constitucional de desempenho, será considerada a soma da votação e da representação dos partidos que integram a federação a partir da sessão legislativa seguinte.
- III. eventual alteração na composição da federação produzirá efeitos após o seu deferimento pelo Tribunal Superior Eleitoral, que retroagirão à data de protocolização do respectivo requerimento.
- IV. a federação pode ter até dez delegados perante o Tribunal Superior Eleitoral.

Considerando a sistemática vigente, é correto afirmar, em relação às observações da assessoria, que

- (A) todas estão certas.
- (B) apenas a observação I está certa.
- (C) apenas a observação IV está errada.
- (D) apenas as observações II e IV estão certas.
- (E) apenas as observações II e III estão erradas.

50

O Diretório do Partido Político *Alfa* movimentou recursos financeiros nas eleições municipais do ano XX. Ao serem apresentadas as contas concernentes à campanha eleitoral, constatou-se que não foi aberta conta bancária específica.

O órgão jurisdicional competente da Justiça Eleitoral, ao constatar o ocorrido, concluiu corretamente que a não abertura da referida conta bancária

- (A) não é fundamento suficiente para a rejeição das contas, desde que seja demonstrada sua regularidade por outros meios.
- (B) por configurar mera faculdade da legenda, não é fundamento suficiente para a rejeição das contas.
- (C) configura irregularidade grave e relevante, ensejando, em regra, a desaprovação das contas.
- (D) configura mera irregularidade formal, a ser destacada na decisão que aprovar as contas.
- (E) é irregularidade sanável, que não obsta a aprovação das contas com ressalva.

51

João, eleitor no Município *Alfa*, insatisfeito com a cassação do candidato a Prefeito Municipal de sua preferência, há um mês da eleição, afirmou, pelas redes sociais, que o Juiz que proferiu a decisão era desonesto e que tinha recebido dinheiro do outro candidato a Prefeito Municipal para beneficiá-lo. Instada a apurar os fatos, a autoridade policial teve dúvidas em relação à tipificação e ao juízo competente para processar e julgar a futura ação penal.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Eleitoral concluiu corretamente que

- (A) as condutas descritas devem ser eventualmente enquadradas no Código Penal, competindo a um Juiz Federal processá-las e julgá-las.
- (B) como crimes de calúnia e difamação não são tipificados na legislação eleitoral, deve-se buscar o enquadramento da conduta no Código Penal.
- (C) a conduta não se ajusta à tipologia dos crimes de calúnia e difamação previstos no Código Eleitoral, devendo ser buscado o enquadramento no Código Penal, competindo a um Juiz Estadual processá-las e julgá-las.
- (D) compete à Justiça Eleitoral processar e julgar os crimes de calúnia e difamação praticados em detrimento do Juiz Eleitoral em razão do exercício da função, face ao seu enquadramento no Código Eleitoral.
- (E) quer sejam enquadradas no Código Penal, quer no Código Eleitoral, como foram praticadas em detrimento de um Juiz Eleitoral, no exercício e em razão da função, devem ser processadas e julgadas pela Justiça Eleitoral.

52

Os Partidos Políticos X, Y e Z almejavam formar uma coligação na eleição para o cargo de Governador do Estado *Alfa*. No entanto, tinham dúvidas em relação aos efeitos dessa decisão na eleição para o Senado Federal, mais especificamente se poderiam formar coligação ou se poderiam apresentar candidaturas autônomas.

Ao fim de suas reflexões, os Diretórios dos referidos Partidos Políticos concluíram corretamente que

- (A) X, Y e Z não podem lançar, isoladamente, candidatos para o Senado Federal.
- (B) não há correlação necessária entre as coligações para os cargos de Governador e de Senador.
- (C) não pode ser formada coligação para a disputa do cargo de senador distinta da formada para o cargo de Governador.
- (D) X, Y e Z podem formar, apenas entre si, coligação para a disputa do cargo de Senador distinta daquela formada para o cargo de Governador.
- (E) é vedada a formação de coligações para a disputa do cargo de Senador, logo, X, Y e Z poderão lançar, isoladamente, candidatos para esta última disputa.

53

O Ministério Público Eleitoral ajuizou ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) em face do Partido Político *Alfa* e dos candidatos por ele registrados para concorrer ao cargo eletivo de Vereador do Município *Beta*, sob o argumento de que as candidaturas do sexo feminino eram meramente formais, tendo sido apresentadas com o só objetivo de cumprir a cota de gênero contemplada no Art. 10, § 3º, da Lei nº 9.504/1997.

Como a AIJE não foi definitivamente julgada, pela Justiça Eleitoral, até a proclamação dos candidatos eleitos, João, eleito para o cargo de Vereador pelo referido partido, consultou o seu advogado em relação às consequências de eventual acolhimento dos argumentos apresentados pelo Ministério Público Eleitoral.

O advogado respondeu corretamente, em relação à referida eleição para Vereador, que

- (A) com a proclamação dos eleitos, ainda que os argumentos tenham sido acolhidos em alguma instância, ocorreu a perda de objeto da AIJE, mas as provas colhidas podem instruir uma ação de impugnação de mandato eletivo.
- (B) caso o trânsito em julgado ocorra em momento posterior à diplomação, não será decretada a nulidade dos votos atribuídos a *Alfa*, mantendo-se os quocientes eleitoral e partidário.
- (C) serão cassados os candidatos registrados por *Alfa* que não participaram da fraude à cota de gênero, mas não será decretada a sua inelegibilidade.
- (D) somente serão cassados os candidatos registrados por *Alfa* que participaram da fraude à cota de gênero, sendo ainda decretada a sua inelegibilidade.
- (E) serão considerados inelegíveis os candidatos registrados por *Alfa* que foram beneficiados pela fraude à cota de gênero, ainda que a desconhecessem.

54

Os Diretórios Nacionais dos Partidos Políticos X e Y iniciaram tratativas em relação à criação de uma possível federação partidária para as eleições a serem realizadas em 2026. A grande preocupação dessas agremiações partidárias estava relacionada ao seu desempenho nas eleições para a Câmara dos Deputados, isto com o objetivo de se garantir o acesso aos recursos do fundo partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão.

Em uma análise preliminar, concluíram que, conforme normas de transição

- I. a denominada “cláusula de desempenho” somente seria integralmente exigida na legislatura seguinte à terceira eleição realizada após a sua introdução via reforma constitucional;
- II. apesar de ser aplicada de modo parcial nas primeiras eleições realizadas após a sua instituição, o cumprimento da “cláusula de desempenho” foi exigido, de modo uniforme, em relação à distribuição, dos Deputados Federais eleitos, em no mínimo um terço das unidades da Federação;
- III. até a exigência da integral observância da “cláusula de desempenho”, o percentual de votos obtidos na eleição para a Câmara dos Deputados, considerados os votos válidos, apresenta variação de meio por cento a cada eleição.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) todas as conclusões estão certas.
- (B) apenas as conclusões I e III estão certas.
- (C) apenas as conclusões II e III estão certas.
- (D) apenas a conclusão I está certa.
- (E) apenas a conclusão II está certa.

55

O Partido Político X decidiu iniciar estudos para alterar o seu estatuto, de modo a dispor que seus filiados, detentores de cargos ou funções demissíveis *ad nutum*, deveriam contribuir, com um percentual do estipêndio recebido, para o desenvolvimento das atividades partidárias. Caso a contribuição não fosse realizada, sofreriam as sanções previstas no estatuto para esse inadimplemento.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que

- (A) a contribuição alvitada, embora não esteja amparada em previsão legal, decorre da autonomia partidária.
- (B) a liberdade de associação, extensiva aos filiados dos partidos políticos, aponta para a licitude da contribuição alvitada.
- (C) a contribuição pode ser estabelecida, desde que em caráter espontâneo, sem qualquer espécie de obrigatoriedade.
- (D) a matéria não apresenta natureza estatutária, devendo ser definida conforme as relações mantidas entre os filiados e o partido político.
- (E) a legislação veda expressamente a contribuição alvitada, considerando a impossibilidade de ser estabelecida uma simbiose entre as atividades pública e partidária.

56

A universidade privada *Alfa* expandiu suas instalações valendo-se de terreno doado pelo Município *Sigma*, contando com recursos obtidos a partir de sua atividade econômica e doações de beneméritos, também usando, em parte, recursos públicos repassados a partir de programa de desenvolvimento instituído pelo Estado *Beta*. Essas instalações foram inauguradas dois meses antes da realização das eleições municipais do ano X, tendo contado com a participação de João, Vereador no Município *Sigma* e candidato à reeleição.

Considerando a sistemática vigente, é correto afirmar que

- (A) na medida em que as instalações de *Alfa* não integram o domínio público, não havia óbice à participação de João na inauguração.
- (B) como o terreno só pode ter sido doado pelo Poder Executivo, não havia óbice, apenas por esta razão, a que João, candidato ao Poder Legislativo, participasse da inauguração.
- (C) tanto a origem pública do terreno como os recursos públicos recebidos por *Alfa*, neste caso ainda que oriundos de nível federativo diverso, tornaram ilícita a participação de João na inauguração.
- (D) o recebimento de recursos públicos por *Alfa* tornou ilícita a participação de João na inauguração, mas o mesmo não ocorreria em relação ao terreno de origem pública, que foi incorporado ao patrimônio particular.
- (E) o fato de as instalações terem sido realizadas em terreno de origem pública tornou ilícita a participação de João na inauguração, mas o mesmo não ocorreria em relação aos recursos do programa, isto em razão de sua generalidade.

57

Pedro, Deputado Federal, filiado ao Partido Político X, almejava concorrer à reeleição. No mês de abril do ano em que seria realizada a eleição, ao apresentar um programa televisivo, destacou as diversas iniciativas que teve no curso do seu mandato, o que lhe assegurou grande capilaridade junto ao eleitorado, considerando a elevada audiência do referido programa.

O Diretório Nacional do Partido Político *Alfa*, ao tomar conhecimento da conduta de Pedro, consultou o seu advogado em relação à sua compatibilidade com a legislação eleitoral, sendo-lhe corretamente informado que

- (A) a participação de Pedro no programa televisivo, há poucos meses da eleição, é ilícita.
- (B) a ausência de pedido de voto evidencia que a conduta de Pedro é expressamente admitida pela legislação eleitoral.
- (C) a conduta caracteriza propaganda antecipada, considerando a proximidade da eleição e o fato de o pedido de voto estar implícito.
- (D) embora Pedro possa divulgar suas iniciativas como Deputado Federal, não pode fazê-lo como profissional de comunicação social no exercício da profissão.
- (E) a conduta consubstancia abuso dos meios de comunicação, comprometendo a normalidade e a legitimidade da eleição em razão da elevada audiência do programa.

58

Joana, sócia-gerente de uma sociedade empresária que tem por objeto social a venda de peças de vestuário feminino e masculino, sensibilizada com a candidatura de José, pessoa humilde e dedicada às causas sociais, ao cargo de Deputado Federal, passou a distribuir, em seu estabelecimento comercial, “santinhos” com a propaganda eleitoral desse candidato. Ao tomar conhecimento desse fato, Marta, também candidata ao cargo de Deputada Federal, representou ao órgão competente da Justiça Eleitoral argumentando com a ilicitude da conduta de Joana.

À luz da legislação eleitoral, é correto afirmar que

- (A) como o estabelecimento de Joana é particular, não há qualquer ilicitude em sua conduta.
- (B) a conduta de Joana somente será considerada ilícita se caracterizar propaganda eleitoral antecipada.
- (C) por se tratar de bem particular de uso comum, de livre acesso a qualquer do povo, é lícita a conduta de Joana.
- (D) o ilícito eleitoral somente estará configurado se Joana não cessar a distribuição para receber a notificação prévia para regularização.
- (E) é vedada a distribuição de material gráfico de propaganda eleitoral em estabelecimentos como o de Joana, não sendo necessária a notificação para a caracterização do ilícito.

59

Maria estava filiada ao Partido Político *Alfa*, mas passou a entender que as manifestações públicas do Presidente do Diretório Nacional dessa agremiação partidária eram francamente contrárias ao programa partidário. Por tal razão, decidiu se filiar ao Partido Político *Beta*. Para evitar a configuração da dupla filiação, consultou um advogado a respeito dos distintos aspectos afetos à nova filiação que pretendia realizar.

Foi corretamente esclarecido a Maria que

- (A) as filiações a *Alfa* e a *Beta* irão coexistir apenas no exercício em que esta última for realizada.
- (B) para desfiliar-se de *Alfa*, basta que Maria faça comunicação escrita ao órgão de direção municipal.
- (C) o cancelamento da filiação a *Alfa* depende de comunicação, da nova filiação de Maria, realizada por *Beta*.
- (D) se houver coexistência das filiações partidárias aos Partidos Políticos *Alfa* e *Beta*, ambas serão consideradas nulas.
- (E) o cancelamento da filiação a *Alfa* será imediato, desde que Maria comunique a filiação a *Beta* ao juiz da respectiva Zona Eleitoral.

60

No mês de setembro do ano de realização das eleições para o cargo de Prefeito do Município *Alfa*, a emissora de Rádio XX, ao abordar a proximidade das eleições, enalteceu os avanços administrativos durante a gestão de Maria, então Prefeita e candidata à reeleição, em comparação com a gestão anterior, capitaneada por seus adversários políticos, ressaltando que o voto deveria ser valorizado e que o eleitor não deveria permitir o retorno, ao comando do Município, de pessoas que demonstraram não ter decência ou competência para administrá-lo.

Irresignados com a abordagem realizada pela Rádio, os adversários de Maria consultaram um advogado a respeito de sua compatibilidade com a legislação eleitoral, sendo-lhes corretamente esclarecido que

- (A) o abuso dos meios de comunicação não está configurado em uma conduta isolada, logo, a conduta é lícita.
- (B) por não ter ocorrido pedido explícito ou implícito de voto, não houve qualquer infração à legislação eleitoral.
- (C) a Rádio XX apenas exerceu o seu direito de crítica e de informação ao eleitor, não praticando um ilícito eleitoral.
- (D) como não há prova de que foram realizados pagamentos à Rádio XX, não há que se falar em infração à legislação eleitoral.
- (E) a conduta descrita rompe com o dever de imparcialidade a que está sujeita a Rádio XX, que não pode privilegiar candidaturas.

**61**

João, vereador no Município *Alfa*, pretendia iniciar tratativas com seus pares para discutir o valor da contraprestação estipendial mensalmente paga aos edis. Para subsidiar as conversas, solicitou que um estagiário do seu gabinete realizasse breve estudo dos balizamentos a serem observados.

Ao fim do estudo, o estagiário apresentou, entre outras conclusões, que

- I. a soma do vencimento base com a representação de gabinete e demais gratificações pagas não poderia ultrapassar o valor recebido pelos Deputados Estaduais, conforme os balizamentos constitucionais.
- II. o valor a ser recebido mensalmente pelos vereadores deveria ser definido em lei.
- III. a lei somente produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte ao da sua publicação.
- IV. a Câmara Municipal de *Alfa* não pode gastar mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com os valores pagos aos Vereadores.

Ao cotejar as conclusões do estagiário com a Constituição da República de 1988, João concluiu corretamente que

- (A) todas estão certas.
- (B) apenas a conclusão II está certa.
- (C) apenas a conclusão IV está certa.
- (D) apenas as conclusões III e IV estão certas.
- (E) apenas as conclusões I, II e III estão certas.

**62**

Após realizar inúmeras audiências públicas, com setores governamentais e da sociedade civil organizada, além de usuários do serviço, o Município *Alfa* editou a Lei nº X, estabelecendo prazos para o atendimento das demandas do usuário do serviço, elencando medidas de segurança e criando um órgão próprio de fiscalização das concessionárias do serviço local de gás canalizado.

Irresignada com o teor da Lei nº X, a associação das sociedades empresárias do setor consultou seu advogado e solicitou a análise da compatibilidade formal do referido diploma normativo com a Constituição da República de 1988.

O advogado respondeu corretamente que

- (A) por se tratar de matéria de interesse local, *Alfa* pode legislar sobre a matéria.
- (B) compete privativamente à União legislar sobre a matéria, o que impede que *Alfa* nela incursione.
- (C) apesar de a Lei nº XX decorrer da autonomia municipal, ela não pode afetar os contratos em curso.
- (D) como a Lei nº X influi na atividade das concessionárias, ela afeta o juízo de valor do ente federativo concedente.
- (E) *Alfa* pode apenas suplementar as normas da União, que tem competência legislativa privativa nessa matéria.

**63**

Após amplo debate entre os Vereadores do Município *Alfa*, o Regimento Interno da Câmara Municipal foi alterado, passando a dispor detalhadamente sobre a organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal. A medida foi muito comemorada por diversas lideranças partidárias, considerando a situação de verdadeira anomia, na perspectiva exclusivamente municipal, vivenciada até então, já que a Lei Orgânica passava ao largo dessa temática, sendo utilizadas, por simetria, as normas da Constituição da República de 1988.

Por outro lado, o Partido Político *Sigma*, de oposição e que configurava minoria na Câmara Municipal, ficou irredimido com a referida disciplina, por entender que a matéria deveria assumir natureza legal, e solicitou que o seu advogado analisasse a compatibilidade da novel disciplina com a Constituição da República de 1988.

O advogado respondeu corretamente que a matéria

- (A) deveria ser disciplinada na Lei Orgânica de *Alfa*, não no Regimento Interno da respectiva Câmara Municipal.
- (B) foi corretamente disciplinada no Regimento Interno da Câmara Municipal de *Alfa*, considerando o autogoverno do Poder Legislativo.
- (C) não dependia de disciplina em norma infraconstitucional, pois a temática já é prevista de maneira exauriente na Constituição da República de 1988.
- (D) não prescindia da participação do Chefe do Poder Executivo no processo de elaboração normativa, indicativo de que deveria ser disciplinada em lei.
- (E) além de estar disciplinada de maneira exauriente na Constituição da República de 1988, é expressamente vedada a realização de qualquer inovação em sede regimental.

**64**

Um grupo de Vereadores do Município *Sigma* iniciou a realização de estudos para a criação de divisões administrativas de *Sigma*, consoante critérios demográficos e territoriais, destituídas de personalidade jurídica, com o objetivo de contribuir para a desconcentração dos serviços públicos municipais.

Ao ouvirem a consultoria da Casa Legislativa a respeito dos balizamentos a serem observados para que o seu objetivo fosse posto em prática, foi-lhes corretamente informado que, nos termos da Constituição da República de 1988,

- (A) tanto a concentração como a divisão metropolitana devem ter os seus requisitos estabelecidos em lei complementar federal.
- (B) é exigida lei de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, sendo ainda exigida a consulta à população diretamente interessada.
- (C) embora seja matéria de competência do Município *Sigma*, deve ser observada a legislação estadual editada a respeito da criação das referidas divisões.
- (D) a matéria consubstancia interesse tipicamente local, a ser analisada pela Câmara Municipal de *Sigma*, sendo vedada a ingerência de qualquer outro ente federativo.
- (E) a iniciativa é vedada, por produzir efeitos práticos semelhantes ao desmembramento de Município, o que pressupõe a edição de lei complementar federal sobre a temática.

65

No corrente ano, o Estado *Alfa* editou a Lei nº 123, de iniciativa parlamentar, dispondo sobre o transporte individual de passageiros por táxi na região metropolitana formada pelos Municípios X, Y e Z. O mesmo diploma normativo criou uma autarquia estadual com competência para fiscalizar a referida atividade.

A medida gerou grande insatisfação entre os munícipes de X, Y e Z, considerando que influía em diversas questões de interesse local, incluindo a própria identidade visual dos veículos.

Com os olhos voltados à sistemática constitucional e aos balizamentos oferecidos pela narrativa, é correto afirmar que

- (A) além de a matéria dizer respeito ao interesse local e à autonomia municipal, a temática afeta à autorização de serviço, por caracterizar desconcentração administrativa, é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.
- (B) em razão da competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte, os Municípios, ao disciplinarem o serviço de táxi, somente seriam limitados pela lei federal, não podendo a Lei nº 123 incursionar na temática.
- (C) a Lei nº 123 somente se mostrará harmônica com a ordem constitucional caso a União tenha delegado, por meio de lei complementar, não aos Municípios, mas aos Estados, a disciplina da matéria.
- (D) o serviço de táxi é tipicamente municipal, sendo que o deslocamento para outros Municípios da região metropolitana é episódico, refletindo o mero exercício do direito de ir e vir.
- (E) a Lei nº 123 não apresenta qualquer incompatibilidade com a ordem constitucional, pois o Município não pode disciplinar serviço que ultrapasse o seu perímetro territorial.

66

Conforme fora publicado no diário oficial, o Tribunal de Contas do Estado *Alfa* iria analisar, em sua próxima sessão plenária, os seguintes feitos:

- I. contas de governo apresentadas pelo Prefeito do Município *Alfa*.
- II. contas de gestão apresentadas pelo Prefeito do Município *Beta*.
- III. contas apresentadas pelo ex-Prefeito do Município *Sigma*, em sua atuação como ordenador de despesas na Presidência da Câmara Municipal de *Sigma*.

Em todos os feitos seria analisada a preliminar de ilegitimidade do referido Tribunal para julgar as contas, devendo se limitar a oferecer parecer prévio.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação aos feitos I, II e III, que a preliminar deve ser

- (A) acolhida apenas em I.
- (B) acolhida apenas em I e II.
- (C) acolhida em todos os feitos.
- (D) rejeitada em todos os feitos.
- (E) acolhida inicialmente apenas em I e II, e, a depender do disposto na Lei Orgânica Municipal, também em III.

67

O Município *Alfa* foi criado, em momento posterior à promulgação da Emenda Constitucional nº 15/1997, mais especificamente em 2007, com base exclusivamente em permissivo da Lei nº X, do Estado *Alfa*, em cujo território estava localizado, e sem a realização de consulta prévia às populações diretamente interessadas.

Em demanda na qual se opuseram os Municípios *Alfa* e *Beta*, este último, do qual *Alfa* fora desmembrado, argumentava que a referida criação era inconstitucional, logo, não poderia realizar o lançamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) dos imóveis situados no território que fora ilicitamente atribuído a *Alfa*. Afinal, a competência tributária seria de *Beta*, pois o seu território não fora desmembrado de forma válida. *Alfa*, por sua vez, argumentava que sua criação, promovida por lei publicada em 2007, foi posteriormente convalidada pela Emenda Constitucional nº 57/2008, logo, fazia jus ao IPTU.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a criação de *Alfa*:

- (A) embora tenha sido irregular, foi convalidada pela Emenda Constitucional nº 57/2008.
- (B) por ter decorrido da prática de ato inconstitucional, não poderia ser convalidado em momento posterior.
- (C) não foi convalidada pela Emenda Constitucional nº 57/2008, apenas porque a lei de criação foi publicada em momento inadequado.
- (D) não foi convalidada pela Emenda Constitucional nº 57/2008, apenas porque não fora ouvida, mediante plebiscito, a população diretamente interessada.
- (E) não foi convalidada pela Emenda Constitucional nº 57/2008, já que a lei de criação foi publicada em momento inadequado e não fora ouvida, mediante plebiscito, a população diretamente interessada.

68

Considerando o elevado quantitativo de prestadores de serviço de transporte individual remunerado de passageiros, quer atuando mediante autorização do poder público, quer atuando sem prévio cadastro público, um vereador propôs, no Município *Alfa*, um projeto de lei sobre a matéria. De acordo com essa proposição, também motivada por críticas frequentes à qualidade do serviço, os motoristas que não atuavam como autorizatários, não estando sujeitos, portanto, à fiscalização periódica dos veículos, somente poderiam circular nos finais de semana, enquanto os demais poderiam circular em todos os dias da semana. A proposição foi efusivamente comemorada por alguns e duramente criticada por outros.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o Município *Alfa*

- (A) não pode incursionar na matéria objeto da proposição, considerando a competência legislativa privativa da União.
- (B) pode legislar livremente sobre a matéria objeto da proposição, considerando que se trata de típico interesse local.
- (C) não pode estabelecer regras sobre a regulamentação e a fiscalização do serviço, considerando o bem jurídico envolvido.
- (D) por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente entre a União e os Estados, pode apenas complementar a legislação desses entes federativos.
- (E) embora possa dispor sobre regulação e fiscalização dessa espécie de transporte, está adstrito às normas fixadas pelo legislador federal no exercício de sua competência privativa.

**69**

Após ampla mobilização dos servidores públicos municipais, a totalidade dos vereadores da Câmara Municipal de *Beta* apresentou projeto de alteração da Lei Orgânica Municipal. De acordo com o projeto, a generalidade dos servidores municipais passaria a fazer jus ao auxílio alimentação, fixado de maneira uniforme para todos. Com o desfecho do processo legislativo, a alteração foi aprovada e incorporada à Lei Orgânica. Apesar de o novo direito social ter sido muito comemorado pelos servidores, o Prefeito Municipal afirmou que não iria observá-lo por entender que a alteração é inconstitucional.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação à referida alteração, que

- (A) compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho, logo, *Beta* não poderia tratar da temática.
- (B) apesar de o Município poder incursionar na temática, a matéria não poderia ser disciplinada na lei orgânica.
- (C) a matéria consubstancia nítido interesse local, logo, o Município poderia legislar sobre ela, sendo a alteração constitucional.
- (D) somente a União pode legislar sobre direitos sociais, em lei nacional, logo, lei local não poderia instituir sistemática específica para os servidores municipais.
- (E) ela é constitucional, desde que o Município, no exercício de sua competência legislativa suplementar, observe os balizamentos estabelecidos pela União e pelo Estado.

**70**

A Câmara do Município *Alfa* deixou de cumprir obrigação tributária relacionada a recolhimentos destinados ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao regime geral de previdência social. Em razão desse fato, o Prefeito do Município *Alfa* temia que o órgão competente da União não fosse conceder a certidão negativa de débitos de que o Município *Alfa* necessitava, para o recebimento de recursos públicos federais, conforme dispõe a legislação infraconstitucional.

Ao questionar o Procurador-Geral do Município sobre a situação descrita na narrativa, foi corretamente informado ao Prefeito Municipal que

- (A) o princípio da transcendência das sanções, no interior de um mesmo ente federativo, embora seja a regra geral, pode ser excepcionado por lei complementar federal.
- (B) a separação dos poderes e a autonomia financeira das estruturas de poder que formam o Município *Alfa* evidenciam que as sanções financeiras aplicadas a uma estrutura não se estendem a outra.
- (C) como os servidores municipais estão sujeitos a regime jurídico único, a inadimplência, por uma estrutura de poder, de obrigações acessórias que lhe digam respeito, são atribuídas ao próprio Município.
- (D) somente o Município *Alfa* possui personalidade jurídica, logo, as estruturas de poder que o integram não têm existência autônoma, indicativo de que a inadimplência da Câmara Municipal deve ser atribuída ao Município.
- (E) como a arrecadação é concentrada no Poder Executivo, essa estrutura de poder tem a obrigação subsidiária de arcar com os débitos da Câmara Municipal, o que aponta para a incidência do princípio da transcendência das sanções financeiras.

Realização

